

Por Antonio Penteado Mendonça



Faz tempo que a saúde do Brasil dá mostras evidentes e contundentes que está seriamente doente. Começando pela gritaria em torno dos planos de saúde privados, que, além de sonho de consumo do cidadão comum, são a tábua de salvação de perto de 50 milhões de pessoas, passando pelos tropeços do SUS, sem dinheiro para atender os $\frac{3}{4}$ da população que não têm plano de saúde privado, o quadro é ruim e tem pouca chance de melhora no curto prazo.

Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Faz vários anos que escândalos envolvendo estabelecimentos reconhecidos internacionalmente pela competência técnica mancham a imagem do país e deixam claro o preço absurdo do uso político em detrimento da qualidade profissional.

Pesquisas em todos os setores da medicina estão prejudicadas pela bandalheira e pelo nepotismo que tomaram conta dos institutos onde são realizadas. Hospitais de referência, com padrões semelhantes aos melhores do mundo, ameaçam fechar as portas em função falta de recursos para os procedimentos mais básicos e rotineiros.

Não é raro bancos de sangue não poderem funcionar porque não têm os kits para recolher o sangue dos doadores. Quantos estabelecimentos com equipamentos para hemodiálise ou outros procedimentos complexos, como os utilizados para tratamento de câncer, estão fechados pela falta de insumos mínimos para garantir o atendimento? Quantas cirurgias são postergadas? Quantas consultas são marcadas para um ano depois e na data de sua realização são remarçadas de novo?

É um quadro tenebroso e que não tem solução a médio prazo. A distorção mais evidente que leva a este quadro de desesperança é a inversão do financiamento da saúde pública. No Brasil, o Governo entra com menos de 40% dos recursos destinados à saúde. E a realidade fica mais crítica quando se constata que os planos de saúde privados, responsáveis por mais de 60% dos recursos, atendem menos de $\frac{1}{4}$ da população.

Vale lembrar que eles não são a panaceia para nossas mazelas, nem têm o condão de resolver as carências do SUS, nem situações dramáticas, mas fora de suas coberturas. Pelo menos não deveriam ter. Acontece que a Governo e os planos, obrigando-os, através de liminares, a fornecerem tratamentos fora do rol de procedimentos e sem confirmação científica de sua eficácia no caso concreto.

Na outra ponta, a falta de programas de atendimento, com políticas consistentes e universais para o apoio das necessidades das famílias está levando ao dramático aumento da mortalidade infantil, ao crescimento dos casos de morte de mulheres em decorrência da realização de abortos clandestinos, ao aumento do número de pessoas que não têm qualquer assistência ou são assistidas de forma precária.

Doenças como hanseníase, malária, tuberculose, sífilis, câncer, paludismo, etc., se somam à desnutrição para aumentar o número de óbitos evitáveis se tivéssemos investimentos sérios para tratar a saúde da população.

Agora mesmo, doenças fora do radar há vários anos voltam a assombrar os brasileiros. Sarampo, poliomielite e gripe ameaçam se espalhar com consequências as piores possíveis para a sociedade.

É verdade, a população tem parte da responsabilidade pelo ressurgimento de doenças controladas faz tempo. A redução dos índices de vacinação tem consequências para todos, na medida que é o caminho para a volta fora do controle de epidemias que não nos assolavam mais.

Mas mesmo neste cenário a ausência do poder público é indesculpável. Campanhas de conscientização não são para serem feitas apenas quando os problemas explodem.

Entre as medidas mais simples, mais baratas e mais eficientes para o ganho de qualidade das políticas de saúde pública está a informação. Informação massiva, clara e constante sobre a importância das ações mais elementares de higiene pessoal, trato de alimentos e cuidados básicos das pessoas.

Enquanto saúde pública for menos importante do que a construção de Metrô, cidades administrativas e outros projetos com finalidade bastante discutível, o Brasil terá uma população permanentemente ameaçada e os planos de saúde privados custarão cada vez mais caros.

Fonte: SindsegSP, em 27.07.2018.